

Pacote do FMI garante ano tranqüilo

Para investidor americano, problema do País é a despreocupação do Congresso com reformas

Maria Helena Tachinardi
de Washington

O plano brasileiro de estabilidade fiscal, apoiado pelo pacote de US\$ 41,5 bilhões da comunidade internacional, assegura tranqüilidade por um ano, disse ontem David W. Rolley, vice-presidente da Loomis, Sayles & Company, refletindo percepção dos investidores americanos. "Tive uma conversa com um ex-funcionário graduado do Fundo Monetário Internacional (FMI), que agora é economista de um grande banco de investimentos, e ele me disse que o problema no Brasil ainda existe, mas não por um ano".

Rolley, que administra cerca de US\$ 3 bilhões de fundos de pensão americanos, a maior parte investida em mercados emergentes, fez uma avaliação crítica do programa fiscal brasileiro. Muitos analistas e inves-

tidores, segundo ele, estão preocupados com o problema da dívida doméstica, que chega a 40% do Produto Interno Bruto (PIB), e a falta de perspectiva de redução rápida dos juros. Uma das dificuldades é notar que o Congresso "está pouco preocupado com o estado de solvência do País".

Esses comentários surgiram no debate promovido ontem pela Brookings Institution e Inter-American Dialogue. Bolívar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, está otimista quanto à aprovação das medidas de ajuste fiscal. A composição política do Congresso após as eleições é semelhante à anterior. O

que mudou, disse, é a concordância sobre a agenda de reformas e a necessidade de aprová-las.

O diretor do Brasil no FMI e no Banco Mundial, Murilo Portugal, fez uma apresentação detalhada do plano de estabilidade. Indagado sobre

a contribuição do setor privado, comentou que o governo não quer forçar o apoio dos bancos. "Esperamos que eles mantenham a sua atual

exposição no País e gradualmente a aumentem, à medida que as condições de mercado permitam. Não queremos intervir em nenhuma decisão comercial dos bancos".

Para Rolley, o tamanho do pacote financeiro não é uma coincidência

com as necessidades de recursos externos do País em 1999. "A grande questão é como o Brasil vai amortizar US\$ 35 bilhões de dívida externa que vencem. Mesmo não tendo acesso ao mercado de capitais por um ano, terá a sua disposição US\$ 37 bilhões". Esses são os recursos que o País poderá usar em 1999 do pacote de US\$ 41,5 bilhões.

Um sinal positivo, segundo o empresário, é o aumento da cotação do C-Bond, de 50 centavos de dólar, em outubro, para 66 centavos ontem de manhã. "Isso deve-se a uma combinação de vários fatores, entre eles maior liquidez nos mercados mundiais e redução da taxa de juros nos EUA". O C-Bond é o papel brasileiro mais comercializado nos mercados emergentes. Chegou a ser cotado a 86 centavos em novembro de 97, antes do auge da crise asiática.

"Aumento da cotação do C-Bond, que chegou ontem a US\$ 0,66, é um sinal do retorno da confiança no Brasil"